

Medidas moralizarão a administração pública

O ministro da Administração, Aluizio Alves, afirmou que o pacote econômico contendo um elenco de 24 medidas de contenção de despesas, assinado ontem de manhã pelo presidente José Sarney, terá uma "saudável repercussão" na área administrativa. O ministro destacou sobretudo a assinatura do decreto, que prorroga até julho de 86, a proibição de contratação no serviço público. Até então, estava em vigor o decreto 9140 proibindo nomeações no serviço público até janeiro de 86.

O ministro considera que a não-contratação eliminará a possibilidade de crescimento do número de funcionários, até pelo menos, que se faça um remanejamento, que já encontra-se em estudos no Ministério da Administração. Estão sendo apurados onde existem funcionários em excesso, para transferi-los onde há carência, notadamente nos ministérios recém-criados na Nova República. Quanto à redução

de despesas com o pessoal das estatais (em cerca de 10%), Aluizio Alves disse que elas estão no mesmo nível e orientação do remanejamento dos funcionários ociosos.

Com relação à limitação das horas extras no serviço público, o ministro salientou, que por vezes a hora extra é necessária, porque é preciso dar aos funcionários, incumbências que não podem ser feitas no seu horário normal. Ele não explicou, contudo, que incumbências seriam essas. Admitiu, entretanto, que na questão da hora extra estavam ocorrendo "muitos abusos". O ministro referia-se ao caso do DNER, onde constatou-se a existência de cerca de Cr\$ 1 bilhão e meio, só de hora extra.

Quanto ao uso dos carros oficiais, onde também estava ocorrendo muitos casos de abuso, o decreto alcançou principalmente os carros de representação (que servem autoridades).